

ATA N.º 02/XI/2017

Reunião Ordinária Pública de 25/01/2017

Ao vigésimo quinto dia do mês de Janeiro do ano dois mil e dezassete, no Salão Nobre do edifício sede do Município, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Presidente, Rui Manuel Marques Garcia, e com a presença dos Srs. Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vice-Presidente, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Pedro Manuel da Silva Aniceto.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CRIAÇÃO DE SECÇÃO AUTÓNOMA NO ÂMBITO DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO/AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE PESSOAL NÃO DOCENTE..... 8
2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE FILARMÓNICA DE RECREIO ALHOSVEDRENSE “A VELHINHA” - CORSO DE CARNAVAL..... 8
3. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE FILARMÓNICA ESTRELA MOITENSE - 2.º MOITA DANCE FESTIVAL..... 9
4. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA MOITA, A UNIÃO DE FREGUESIAS DA BAIXA DA BANHEIRA E VALE DA AMOREIRA , E A BBBP – ASSOCIAÇÃO BB BLUES PORTUGAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETO DE BLUES – BB BLUES FEST E BLUES NIGHTS BY BBBP – NO FÓRUM CULTURAL JOSÉ MANUEL FIGUEIREDO..... 9
5. RECUPERAÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FONTE DA PRATA – ALHOS VEDROS
 - LIBERAÇÃO CAUÇÃO GARANTIA EXATO E PONTUAL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO DL N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO.
 - CONSÓRCIO URBEHYDRAULIC, LDA./SOMOVE – CONSTRUÇÕES, LDA..... 11

De seguida, o Sr. Presidente deu início ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr.^a Raquel Leal (em representação de um grupo de Pais e Encarregados de Educação de alunos do Jardim de Infância da Escola Básica do Rosário), fez a entrega de uma carta em que solicitam:

- O aquecimento das salas de aula (para que os meninos possam ter algum conforto) e do refeitório;
- Mais, que seja colocado um telheiro entre o Edifício da Escola e o Refeitório para que os meninos, quando passam de um lado para o outro não se molhem;
- Solicitam ainda, caso seja possível, que seja revisto o piso exterior da escola pois parece-lhes que a areia existente não é higiénica e já se têm verificado alguns problemas de alergias.

Por fim, agradeceu a atenção prestada e disse aguardar resposta favorável pelo bem de todas as crianças daquela escola.

Sr. Manuel Cerqueira – Apresentou três questões que considera merecedoras de especial atenção, na Baixa da Banheira:

- Apesar de achar louvável a mudança de luzes normais por lâmpadas *led*, referiu existir falta de iluminação na Rua do Ribatejo (perpendicular à Rua 1.º de Maio);
- As ruas, na generalidade, vão tendo o piso cada vez mais degradado e começa a ser necessário pensar em repavimentar (por exemplo, a Rua Fernando Pessoa);
- Referiu-se ainda à Estação (central nuclear) de Almaraz, em Espanha, que estando a 100 Km da fronteira é também um problema português pois contamina todo o estuário do Rio Tejo.

Sr. Wilson Pacheco (em representação do condomínio do n.º 2 da Rua José Casimiro Tavares, junto à Rua Liége,) – Agradeceu o facto de a Câmara ter assumido a reparação do pavimento naquela zona (uma vez que era responsabilidade do urbanizador), em 2016.

Mais solicitou: - Que seja terminado o lancil; a rua que não se percebe se está projetada para ser de um ou dois sentidos; Que seja reposta a calçada que está a “saltar”; O “canto” que fizeram que não é fácil para quem se movimenta de carro – sugere que seja em forma redonda.

Em relação ao pavimento, sugeriu que sejam feitas marcações para os estacionamento.

Pediram ainda que seja encontrada uma solução para terminar com a praga de pombos que provocam estragos nos telhados, entopem algerozes, etc.

Responderam às questões colocadas:

O Sr. Vereador João Romba – Disse ter conhecimento das situações referidas pelo Sr. Wilson. Mais disse que a Câmara irá avaliar e estudar a melhor forma de as solucionar, por exemplo as marcações do chão. No que concerne ao lancil referiu ter sido colocado. Acredita que não esteja de acordo com o projeto (porque o projeto não está concluído, como explicou ao Sr. Wilson em reunião que tiveram), o que se tentou foi reparar e dar condições mínimas à rua, porque não as tinha.

O Sr. Vereador Miguel Canudo – Informou, sobre a falta de iluminação pública na Baixa da Banheira, que essa é uma responsabilidade da EDP, mas que a Câmara está a acompanhar a programação daquela entidade. Considerando os contratos efetuados com a EDP, o trabalho de mudança das lâmpadas de mercúrio por led's já devia estar pronto, mas a EDP tem levado mais tempo que o previsto. No que diz respeito à repavimentação, disse, “houveram pelo menos quatro ou cinco anos em que não se fizeram repavimentações no concelho. Recomeçou-se agora, na Baixa da Banheira. Fizemos a Estrada da Amizade e a rua Soeiro Pereira Gomes. Estamos a trabalhar com a Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e pensa-se repavimentar três ou quatro ruas prioritárias – não existem condições objetivas de fazer mais.”

No que concerne aos “pombos”, referiu que “não é uma solução fácil. A empresa com a qual estávamos a trabalhar, desistiu há duas semanas com o argumento de que - *não temos trabalho que justifique aqui na área.*

Temos ainda outras propostas, “em mãos”, mas essas, entre nós, não discutimos porque também não são de fácil aplicação: desde a substituição dos ovos dos bombos, por ovos de madeira – que neste caso não é solução porque os bombos são muitos e isso é impraticável - , até uma associação de caçadores que se disponibilizava, por exemplo durante um mês, e com a supervisão da entidade de saúde responsável, a controlar esta “praga” (que também me causa desconforto!).

Mais, estabelecemos um contacto com uma Junta de Freguesia de Lisboa que *deslocalizou* os bombos, enfim, continuou, parece que estamos parados, mas não estamos. Mas é efetivamente uma questão complicada.”

No que diz respeito ao assunto de marcação dos estacionamento, disse que a Câmara irá estudar, porém em relação à pavimentação da rua o que lhe diz a sua sensibilidade é que não se deveria fazer mais nada antes que haja uma definição clara sobre se vão ser ali ser construídas mais casas ou não. Em relação ao calcetamento a câmara também irá avaliar, nomeadamente ver se é competência da Junta de Freguesia, ou não.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Às situações colocadas pelo grupo de mães da AB1/JI do Rosário, disse que a Câmara irá avaliar as situações. Mais concretamente em relação à areia referiu que é uma situação que está a ser vista numa realização conjunta com a Junta de Freguesia daquela Freguesia. Nas férias grandes foram colocados os brinquedos e nas férias da Páscoa será colocado o piso idêntico ao que está na Escola do Gaio, portanto neutraliza logo aquela frente toda de areia. “De qualquer maneira quero dizer-vos que a areia faz muita falta na educação e faz muita falta aos meninos. E nós temos comprovativos médicos e de saúde em várias escolas, em que a areia é um material que é mais usado e que se renova a ela própria, não precisa de grandes intervenções e é o que é aconselhado até nos parques infantis. Eu acredito, e sei, porque eles são muito pequeninos, que devem ir cheios de areia porque aquela escola tem um bocadinho de areia a mais, daí que nas férias da Páscoa (temos que ter algum tempo) irá ser feito.”

Agradeceu o facto de as Mães terem vindo a esta reunião e sugeriu que falassem depois “porque a conversar é que a gente se entende”, disse. Mais acrescentou que a Câmara tem que priorizar pelas vinte e cinco escolas que tem o Município porque as verbas não chegam para realizar tudo de uma só vez.

Sr. Vereador Manuel Borges – Sobre as questões apresentadas, e apesar de os vereadores da oposição não poderem fazer grande coisa, estão em crer que a Câmara fará o seu melhor para resolver os problemas apresentados.

Perguntou a localização da Rua José Casimiro Tavares e espera que a situação da praga que existe a nível de bombos se consiga solucionar.

O Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Manifestou o seu apoio às pessoas que têm vindo queixar-se com o incómodo provocado pela quantidade de pombos existentes na Moita que pode transformar-se numa questão de saúde pública. Por outro lado, percebe-se, disse, medidas muito drásticas também podem ser mal-entendidas.

As situações apresentadas pelas mães da escola do Rosário também lhe mereceram atenção, mas, pelas explicações dadas pela Sr^a. Vereadora Vivina, estarão em fase de resolução.

No que respeita à questão colocada acerca da Estação Nuclear de Almaraz disse que o nosso Município deveria tomar uma posição, exprimindo, pelo menos, que estamos atentos à situação e a repudiar de certa forma as decisões que os espanhóis tomaram sem dar algum “cavaco” a Portugal, até porque as consequências, quando acontecerem, vão-nos apanhar a todos.

O Sr. Presidente da Câmara – Acrescentou algumas notas em relação às questões colocadas.

- Em relação às escolas disse ter consciência de que ainda existem muitos problemas para resolver, mas não queria também de deixar de contextualizar a situação. “As escolas foram construídas, ao longo de algumas décadas sem preocupações de climatização ou outras (outros tempos), não só as escolas do primeiro ciclo como as do segundo e terceiro ciclo – e os vossos filhos muito em breve vão passar para as outras e vão ver que a situação é idêntica – aquecimento ou refrigeração é coisa que não há. E a questão com que nós nos confrontamos é não conseguirmos em pouco tempo dar a volta, remendar tudo aquilo que foi feito ao longo de muito tempo. Ainda para mais quando têm surgido outras questões às quais é fundamental dar resposta mais urgente. Porque nós, em colaboração com as Juntas de Freguesia, todos os anos temos feito intervenções em escolas, não só investimentos de maior intervenção, mas também intervenções de conservação e melhoria. Tivemos que, em dois, três anos equipar as nossas escolas com salas de refeição, com condições para dar refeições aos alunos. Em quinze anos mudaram completamente os espaços exteriores das escolas - todos foram arranjados (uns mais outros menos, mas em nenhum deles deixou de haver intervenção). Na última década foram feitas, montadas e equipadas, trinta e quatro salas de Jardim de Infância. São catorze bibliotecas escolares equipadas, salas transformadas, mobiliário instalado. Isto para dizer o quê? É um facto que há muito para fazer, mas não posso, na posição em que estou, deixar de dizer que também há muita coisa que se tem vindo a fazer.

Qual é o problema das instalações elétricas? Não é um problema só de aumentar a potência do Quadro, porque se fosse isso, já estava feito. O problema é que as instalações são antigas, não suportam mais carga, mais tensão, senão corre-se riscos de incêndio, de derretimento das cabelagens, portanto, para aumentar a potência é preciso renovar todas as instalações elétricas e isso é caro. Não é caro duzentos euros, é caro vinte mil, trinta mil, depende da dimensão da escola – e eu não estou a dizer que não vamos fazer, estou a dizer que surgiram outras prioridades que não nos permitiram chegar lá. Fica o nosso compromisso, vamos avaliar como disse a senhora vereadora, e vamos procurar encontrar soluções porque é um facto – os meninos são cada vez mais pequenos e é indispensável que se criem condições para eles estarem melhor nas aulas, porque os maiorzinhos defendem-se um bocadinho melhor – meninos com nove, dez anos, já se conseguem defender. Um pequenino com três, quatro anos, não consegue. Portanto fica esse compromisso de avaliarmos a situação e intervir, mas não lhes digo exatamente quando. Não sei se vai ser este ano, não tenho a certeza.

Já sobre o refeitório, como a senhora Vereadora disse, temos estado a fazer isso em diversas situações, é um espaço pequeno, será fácil.

Queria também referir a questão os pombos, para reforçar que não conhecemos nenhum local, nenhuma cidade onde o problema tenha sido resolvido. Não conhecemos, atrevo-me a afirmar – não existe. Onde se obtiveram resultados mais palpáveis foi, há anos, em locais onde se utilizaram soluções de extermínio, agora isso hoje, duvido que fosse socialmente aceite e duvido também que fosse uma solução porque com o número de aves que já existem na Moita, com os sítios onde elas estão

instaladas, colocar veneno, e as aves começarem a morrer e ficarem os cadáveres a apodrecer pelos sótãos e pelos telhados, não sei se não íamos criar um problema maior do que com as aves vivas. O problema, na Moita, é que os pombos se alimentam nas vacarias. Colocar produtos esterilizantes no comer seria uma forma de a população de pombos diminuir, mas aquilo é também o que comem as vacas e as vacas para dar leite precisam estar grávidas portanto não podemos pôr produtos esterilizantes na ração que as vacas vão comer, senão elas deixam de produzir leite e acaba-se o negócio da vacaria. Portanto, nós entramos aqui em círculos viciosos, dos quais não conseguimos sair. E outras soluções não se conseguem encontrar! Sugerimos, como medida que não resolve, mas os pombos deslocam-se para outro lado; isolar casas vazias onde eles possam entrar; usar aquelas tiras de piquinhos, plástico ou metal e colocar nos beirais para eles não pousarem, enfim é a solução que pelo menos os afasta de alguns sítios enquanto não se consegue encontrar uma solução melhor.” Para concluir, disse, “Eu tenho a mania de dizer, nalgumas situações, que já não me espanto com nada, mas depois, com a mesma frequência tenho que emendar a mão e dizer afinal de vez em quando ainda me espanto! E eu ainda me espanto por exemplo, como é que a Central Nuclear de Almaraz está ali há cinquenta anos e de repente “pimba” fez-se um “clique” e toda a gente descobriu que Almaraz é um perigo. É que o depósito de resíduos nucleares que eles lá vão fazer não é um problema novo. O problema já lá está e está até no facto daquela Central supostamente já dever estar numa fase de encerramento porque já ultrapassou o período de vida recomendado, mas toda a gente sabe isto. Toda a gente sabe isto à uma data de anos! Toda a gente sabe que há uma Central Nuclear à beira do principal rio da Península Ibérica e que se há um acidente (um centésimo de Fukushima) e adeus rio Tejo, adeus vida no rio Tejo – mas toda a gente sabe isto! E agora, de repente o Ministro descobriu e fez uma queixa a Bruxelas. Ora digam-me lá se não é de espantar! O que é que o Concelho da Moita pode e deve fazer? É sermos participantes e expressarmos a nossa preocupação, reforçando que é um problema nacional, que é o Governo que tem que tomar medidas e que tem que ir mais além. Esta questão da queixa a Bruxelas é justa e é adequada, mas é preciso ir mais além e não só reclamar que o depósito de resíduos nucleares não seja construído como que a própria central, como estava previsto, que seja encerrada. E nós reforçarmos esta reivindicação e participarmos em todas as oportunidades a que formos chamados no sentido de defender que o rio tejo é demasiado importante, atravessa todo o País, tem uma bacia fundamental do ponto de vista ambiental, social e económico e não pode estar em risco por causa de energia nuclear, que ainda para mais, verdadeiramente no caso da Península Ibérica, não faz falta.”

Terminado o período de intervenção do Público, o Sr. Presidente passou ao

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente colocou à votação as atas previamente distribuídas:

- . Ata n.º 20 de 07 de Setembro de 2016 – Aprovada por unanimidade;
- . Ata n.º 21 de 21 de Setembro de 2016 – Aprovada por unanimidade;
- . Ata n.º 22 de 06 de Outubro de 2016 – Aprovada por unanimidade;

- . Ata n.º 23 de 19 de Outubro de 2016 – Aprovada por unanimidade;
- . Ata n.º 24 de 28 de Outubro de 2016 – Aprovada por unanimidade;
- . Ata n.º 25 de 02 de Novembro de 2016 – Aprovada por unanimidade.

De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores que desejassem intervir.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Fez referência a uma situação colocada por dois munícipes em reuniões públicas transatas “Nas reuniões Públicas de Agosto e Setembro tivemos no público um senhor e uma senhora que colocaram situações que se prendiam com possíveis ilegalidades no Agrupamento José Afonso e nas suas intervenções, também, “apontavam um pouco o dedo”, desculpem a expressão, à Câmara porque se fazia representar nesse Conselho Geral, neste caso por mim própria e por uma técnica da divisão de educação e ainda pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros (os lugares são os três da Câmara, mas nós cedemos um às Juntas de Freguesia) e que nós cooperávamos ou facilitávamos ou também estávamos de acordo com aquelas ilegalidades. Houve um Conselho Geral entretanto e eu ia colocar a situação, mas fui surpreendida com a informação de que a Escola José Afonso, por denúncia, tinham tido uma Inspeção Geral da Educação durante oito dias e passaram a “pente fino” toda a documentação que se prenderia com as eventuais ilegalidades. Foi apresentado nesse Conselho Geral o Relatório da Inspeção, com um comentário da Senhora Diretora que estava presente e de alguns professores também presentes de que a Inspeção saiu de lá muito satisfeita porque foi o relatório mais fácil de fazer porque não encontraram nada de grave à exceção de dois ou três pormenores; um deles era dez minutos num contrato desencontrado, mas que estava na redação do Conselho Pedagógico – coisas de pormenor.

Posteriormente eu solicitei nesse Conselho Geral que fosse enviado à Câmara e foi-me enviado. E é esse relatório que eu depois farei chegar.

O que eu queria aqui deixar saliente é que foram aqui feitas algumas acusações e que nós, a resposta que demos sempre (na primeira vez eu própria e na segunda vez o Sr. Presidente) foi que eram competências que não eram da competência da Câmara; no que diz respeito ao Conselho Geral nós estávamos de acordo com a legislação e foram feitas acusações e eu gostaria de deixar aqui claro que nós sempre dissemos que quem deveria participar ou verificar as coisas era a Inspeção Geral da Educação e o Ministério da Educação. Isso foi feito, nós temos os relatórios a dizer que as coisas estão em condições; portanto, foram os Inspetores, não fomos nós, só queria dar esta informação. Que a Inspeção fez um relatório em que a Escola e tudo estava em conformidade e penso que era de justiça colocar aqui numa reunião Pública porque houve vários elementos que ouviram, naturalmente até, como são sempre os nossos clientes habituais devem estar recordados, mas também queria dizer aos nossos vereadores que esta situação foi informada e que na próxima reunião trarei o relatório.”

O Sr. Presidente da Câmara – Reafirmou que na reunião em que esteve presente e em que este assunto foi exposto, disse eu que não tinha qualquer conhecimento de irregularidades naquela escola.

O Sr. Vereador Pedro Aniceto – Fez alusão a um possível incidente no Pinhal do Forno (Cemitério).

O Sr. Vereador Manuel Borges - Alertou para o facto de na “Estação dos Correios” ser necessário criar um espaço para pessoas portadoras de mobilidade reduzida (lugar para deficientes). Pediu explicações acerca do valor expresso da “Contribuição Autárquica” que se encontra nos documentos entregues para conhecimento.

O Sr. Presidente – Explicou, em relação à contribuição autárquica que foi o Governo Português que no início do ano transferiu para os Municípios juros de atrasos de pagamentos em processos litigiosos que a autoridade tributária tinha recolhido ao longo de anos relativos a impostos municipais (e que tinha ficado com eles). Foi uma medida justa, correta, deste governo – e vale mais tarde do que nunca, disse. No caso do Município da Moita, a verba recebida foi de cerca de quinhentos mil euros, correspondentes ainda a Contribuição Autárquica (antecedente do IMI), IMI e IMT (que são impostos municipais.) Em relação ao possível incidente no Cemitério do Pinhal do Forno, referiu ter tido conhecimento de uma questão apresentada por um munícipe que está a ser averiguada pelos serviços respetivos.

O Sr. Vereador Vítor Duarte - Uma vez ter sido porta-voz do mau estado em que se encontram os Polivalentes da Escola Secundária da Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira, solicita à Câmara que, conjuntamente com a Direção da Escola possam fazer algo – recuperar - (apesar de reconhecer que esta é uma competência do Ministério de Educação.

O Sr. Presidenta da Câmara – Disse que “eu acho que quando não se respeitam as competências dos diversos Órgãos do Estado, quem sai a perder somos todos nós, mesmo que transitoriamente haja um pequeno grupinho que ganhe alguma coisa com isso. Porque nós tivemos aqui agora um conjunto de mães de uma escola que é da responsabilidade do Município – eu não sei se o Sr. Vereador propõe que nós façamos aquilo que é responsabilidade do Ministério da Educação e deixemos de fazer o que é da responsabilidade do Município. Penso que não, que não faria sentido propor isso, mas é mesmo disso que se trata. É que o ordenamento do Estado Português definido nas Leis que foram aprovadas na Assembleia da República que por largas maiorias definem, de facto, competências para os diversos Órgãos. Ao Ministério da Educação cabe aquilo tem uma parte dos dinheiros públicos e ao Poder Local cabe outro e outro uma parte dos dinheiros públicos. Nós nunca lhe pedimos para fazermos as obras de saneamento. Não faz sentido. Não deram dinheiro quando foi para arranjar a Escola Secundária, bem não faz nenhum. Mesmo que saibamos que os nossos jovens precisam. Naturalmente precisam. Tanto que precisam que até já houve um Governo que assinou um Protocolo com a Câmara para construir um Pavilhão Gimnodesportivo, em que a Câmara pagava quase metade, no mesmo modelo que fez o da Escola José Afonso, de Alhos Vedros, e pagava naquele sentido, porque este tipo de pavilhões não servem apenas a escola, mas fora do tempo escolar servem a Comunidade, e daí, justificar-se o investimento municipal. Não cumpriram, não sei qual é a gaveta, há para lá muitas gavetas e muita gente já meteu muita coisa nas gavetas ao longo dos anos e este Protocolo estava numa gaveta qualquer de um Ministério há dezasseis anos. Foi assinado em 2001. Nós continuamos disponíveis para o cumprir. Nessas condições, é já amanhã! Portanto, se o Ministério avançar, paga a parte prevista e nós pagamos o resto e temos ali um pavilhão que serve a Escola e serve a Comunidade. Noutras circunstâncias, entendemos que não é justo.”

Passou-se de seguida ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita, foi apresentada pelo Sr. Presidente:

1 - CRIAÇÃO DE SECÇÃO AUTÓNOMA NO ÂMBITO DO CONSELHO COORDENADOR DE AVALIAÇÃO/AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE PESSOAL NÃO DOCENTE

“No âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) aprovado pela Lei nº 66-B /2007, de 28 de Dezembro, biénio 2017/2018, designadamente como previsto no nº3 do seu artigo 58º, conjugado com o estipulado no nº 3 do art.º 3º da Portaria nº 759/2009, de 16 de Julho, com vista a maior e mais eficiente operacionalidade no processo de avaliação do desempenho do pessoal não docente, afeto aos estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar, sediados na área deste Município, sou a propor a criação, no âmbito do já existente Conselho Coordenador de Avaliação, de uma secção autónoma para avaliação do pessoal não docente.

Nos termos do nº4 do art.º 3º, do mesmo diploma, sou ainda a propor que a secção autónoma tenha a seguinte composição:

Vereadora do Pelouro da Educação;

Chefe da Divisão de Educação da Câmara Municipal;

Diretores dos agrupamentos escolares ou seus representantes oficialmente designados;

- Agrupamento de Escolas José Afonso
- Agrupamento de Escolas D. João I
- Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira
- Agrupamento de Escolas da Moita.
- Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo
- Agrupamento de Escolas Vale da Amoreira”

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

As propostas seguintes, numeradas de 2 a 4 foram apresentadas pelo Sr. Vice-presidente.

2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE FILARMÓNICA DE RECREIO ALHOSVEDRENSE “A VELHINHA” – CORSO DE CARNAVAL”

“ Nos dias 26 e 28 de Fevereiro, irá realizar-se mais uma edição do Carnaval de Alhos Vedros, uma iniciativa relevante e de extrema importância para a freguesia de Alhos Vedros e para o Concelho. São inúmeras as pessoas que se envolvem, de forma voluntária, fazendo com que cada edição seja única e especial para aqueles que nos visitam.

Sabendo que as Associações e Colectividades representam um parceiro crucial do desenvolvimento local, pela sua capacidade mobilizadora de vontades colectivas e de estímulo para o efectivo exercício de

cidadania, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a comparticipação financeira de 10.000€ (dez mil euros) à Sociedade Filarmónica Recreio e União Alhosvedrense “A Velhinha” (SFRUA “A Velhinha”).

No âmbito deste apoio, a SFRUA “A Velhinha” apresentará os respetivos comprovativos de execução, sendo que as obrigações decorrentes do apoio deverão integrar o processo de negociação e efetivação do Contrato-Programa a celebrar durante o corrente ano.

Esta verba tem cabimento na rubrica 03/0407010299 Acção nº 17 – Apoios a Associações Culturais e Desportivas.”

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3 – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE FILARMÓNICA ESTRELA MOITENSE – 2º MOITA DANCE FESTIVAL

“No dia 18 Fevereiro, a Academia de Dança Alma Latina sedeadada na Sociedade Filarmónica Estrela Moitense irá realizar no Pavilhão da Escola Secundária da Moita, um campeonato de Danças de Salão. Este evento é destinado à participação de todos os dançarinos inscritos na Associação Portuguesa de Professores de Dança de Salão Internacional – APPDSI, a nível nacional.

Considerando os encargos avultados que implica uma realização deste género de campeonato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a comparticipação financeira de 2.500€ (dois mil e quinhentos euros) à Sociedade Filarmónica Estrela Moitense.

No âmbito deste apoio, a Academia Alma Latina apresentará à colectividade, os respetivos comprovativos de execução, sendo que as obrigações decorrentes do apoio deverão integrar o processo de negociação e efectivação do Contrato-Programa a celebrar com a Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, durante o corrente ano.

Esta verba tem cabimento na rubrica 03/0407010299 Acção nº 17 – Apoios a Associações Culturais e Desportivas.”

Colocada à votação pelo Sr. Presidente, a proposta foi aprovada por unanimidade.

4 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA MOITA, A UNIÃO DE FREGUESIAS DA BAIXA DA BANHEIRA E VALE DA AMOREIRA, E A BBBP – ASSOCIAÇÃO BB BLUES PORTUGAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETO DE BLUES – BB BLUES FEST E BLUES NIGHTS BY BBBF – NO FÓRUM CULTURAL JOSÉ MANUEL FIGUEIREDO.

“Incumbe à Câmara Municipal, no quadro das suas competências, promover e apoiar a realização de actividades e programas de natureza artística e cultural, numa perspectiva de facilitação do acesso da população a bens desta natureza. Sendo a música uma das artes de palco mais procuradas pelo público, esta tem merecido a especial atenção da Câmara Municipal, o que justifica a existência e

funcionamento regular de um auditório municipal, o Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, onde esta área tem um particular destaque.

Organizado pela Associação BB Blues Portugal, o BB Blues Fest nasceu em 2012, e as Blues Nights by BBBF - um projecto satélite deste festival, com regularidade mensal - em 2013. Pelas iniciativas do BB Blues Fest têm passado anualmente cerca de 1.200 espectadores que, assim, têm acedido a projectos de difícil acesso.

O BB Blues Fest é ainda um acontecimento cultural que projecta a Moita ao nível regional e dinamiza a economia local. O Festival tem contado, desde o seu início, com um importante apoio da Câmara Municipal, no âmbito de uma profícua parceria de colaboração entre ambas as entidades.

Considera-se ainda que se trata de um projeto e de eventos de natureza cultural de interesse municipal. A dimensão atingida pelo festival, seja do ponto de vista logístico e organizacional, seja pela dimensão dos montantes envolvidos na sua organização, aconselha ao estabelecimento de um instrumento de regulação entre a Câmara Municipal, a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e a Associação BB Blues Portugal. O apoio à realização do BB Blues Fest constitui, aliás, um dos mais importantes investimentos municipais no domínio cultural. Pretende-se, ainda, com este instrumento, afinar e formalizar o relacionamento existente entre ambas as partes, bem como dar cumprimento aos requisitos legais no que se refere ao controlo de execução de apoios financeiros públicos.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a celebração de um protocolo com estas duas instituições e a isenção de taxas de utilização do Fórum Cultural pela Associação BB Blues Portugal, ao abrigo e nos termos do artigo 23.º, n.º 2, alínea e), e do artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 13.º, n.º 2, e 19.º do Regulamento de Taxas do Município da Moita.

A verba de € 11.000 (onze mil euros) tem cabimento na rubrica Programação e desenvolvimento cultural, com a classificação 03 0602030513.”

Interveio o Sr. Vereador Pedro Aniceto – Questionou o facto de não estar quantificada a questão dos Direitos de Autor que a Câmara se compromete a liquidar.

Mais perguntou se a receita da bilheteira é para a Associação ou se é da Câmara.

O Sr. Vice-Presidente – Com precisão apenas recorda que o Fórum paga anualmente quatro mil euros por todas as iniciativas. Numa próxima oportunidade entregará, disse, o valor exato.

Em relação à receita das bilheteiras, disse que existem duas formas de a fazer: - Existe uma iniciativa que é o Festival e existem um conjunto de iniciativas ao longo do ano.

As Associações sem fins lucrativos têm uma possibilidade que é legal, das finanças, que é poderem num conjunto de iniciativas, estarem isentas desde que seja para os fins culturais a que se destinam. Ou seja, ao longo do ano, há um conjunto de iniciativas em que elas usufruem desse direito e que, portanto, eles angariam essa receita para pagar os custos da iniciativa.

No caso do Festival Blues, (no ano transato) e pela dimensão que estava a ganhar e tendo em consideração as deslocações de pessoas que *vêm de fora, que visitam este Festival*, e quis-se não só para este Festival, mas para o equipamento “*Fórum*”, colocar na rede de equipamentos culturais - na rede *ticket line*. E portanto faria sentido que a receita fosse feita pela Câmara e revertida nas contas que tínhamos ao longo do tempo trabalhado, de receitas e despesas.”

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta seguinte foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

5. RECUPERAÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FONTE DA PRATA – ALHOS VEDROS

“A 20/02/2013 foi adjudicada a Empreitada acima referida ao Consórcio composto pelas empresas “*Urbehydraulic, Lda/Somove-Construções, Lda*”, no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março na sua atual redação, pelo valor de €415.687,46, acrescido do Iva à taxa legal em vigor.

Nos termos dos art.ºs 394º e 395º do CCP, os trabalhos realizados na empreitada foram alvo de vistoria e rececionados provisoriamente a 13/01/2014, tendo sido elaborado o respetivo auto. O prazo de caução para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, foi estabelecido de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

Pelo estabelecido no DL 18/2008, de 29 de janeiro, CCP, em empreitadas com prazo superior a cinco anos, a caução para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, deve encontrar-se liberada em pelo menos 75%, no prazo de 30 dias após o decurso desses cinco anos, conforme determina o n.º 6 do artigo 295.º do CCP.

O Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, veio alterar temporariamente esta situação, permitindo às empresas adjudicatárias a solicitação da liberação faseada da caução, nos seguintes prazos, contados a partir da data da receção provisória:

- 1º ano - 30% do total da caução
- 2º ano - 30% “
- 3º ano - 15% “
- 4º ano - 15% “
- 5º ano - 10% “

O consórcio adjudicatário da empreitada em questão usou desta faculdade legal, em 29/01/2016 foi realizada vistoria, onde se constatou que os trabalhos realizados estavam em conformidade, procedendo-se à liberação de 60% do valor da caução apresentada.

Decorrido mais um ano, em 13/01/2017, foi realizada nova vistoria, onde se constatou que os trabalhos realizados na referida empreitada se encontram em conformidade, tendo-se em seguida procedido à elaboração de auto, que se anexa.

Após o exposto proponho que se libere a caução, exigida para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, apresentada pelo Consórcio constituído pelas empresas “*Urbehydraulic, Lda / Somove-Construções, Lda*”, em 15% do valor total da caução apresentada, em face de à presente data terem decorrido 3 anos após a receção provisória, relativa à empreitada de “Recuperação do Parque Urbano da Quinta da Fonte da Prata – Alhos Vedros.”

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e duas horas e trinta minutos. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em CD ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA